DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 4904/2023

PROCESSO TC/MS	: TC/7889/2021
PROTOCOLO	: 2116848
ENTE/ÓRGÃO	: MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS
INTERESSADO(S)	: JEAN CARLOS SILVA GOMES (SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE 1/1/2021 A 23/9/2021)
TIPO DE PROCESSO	: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 25/2021
RELATOR	: CONS. FLÁVIO KAYAT

RELATÓRIO

A matéria em exame refere-se à **execução global da Ata de Registro de Preços n. 25/2021,** formalizada pelo Município de Deodápolis, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, em favor da empresa compromitente Prover Saúde Diagnóstico por Imagem Ltda., tendo como objeto a contratação futura de empresa especializada para realização de exames de tomografia computadorizada, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Deodápolis, no enfrentamento da covid-19.

Quanto ao procedimento licitatório, Pregão Presencial n. 35/2021 e à formalização da Ata de Registro de Preços n. 25/2021, foram declarados **regulares**, conforme Decisão Singular DSG – G. FEK – 3646/2022 (pç. 23, fls. 127-129), publicado no DOE/TCE/MS n. 3172, em 6/7/2022 (pç. 24, fl. 130).

Ao examinar os documentos dos autos, a Divisão de Fiscalização de Saúde (DFS) procedeu à Análise n. 3774/2023 (pç. 37, fls. 152-153), concluindo pelo arquivamento do presente processo.

Na sequência, o Procurador do Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o Parecer n. 5801/2023 (pç. 39, fl. 155), opinando nos seguintes termos:

> É de conhecimento desta Procuradoria que a Resolução n. 98/2018 fora parcialmente alterada pela Resolução 150, de 07 de outubro de 2021, ocasião em que revogou o inciso IV do artigo 121 e regulamentou que os documentos referentes aos atos de execução global das Atas de Registro de Preços (4ª fase) deverão ser mantidos em arquivo para fiscalização por meio de inspeções ou auditorias in loco, para fins de verificação dos montantes globais utilizados.
>
> Diante dessa informação, este *Parquet* acolhe as considerações da Divisão de Fiscalização de Saúde, e opina pela extinção e arquivamento do presente feito (os destaques constam do texto original).

É o relatório.

DECISÃO

No caso presente, cumpre ressaltar a alteração promovida pela Resolução n. 150 (publicada no DOETC-MS n. 2964, de 7 de outubro de 2021, pg. 2) na regra do art.

124, do Regimento Interno - Resolução TC/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018 – visto que **revogou o inciso III, alínea "c",** que dispunha acerca da remessa de documentos a este Tribunal referente à quarta fase (execução global da Ata de Registro de Preços).

> Art. 124. Tratando-se de procedimento licitatório gerador da contratação de mais de uma pessoa física ou jurídica, que alcançar o limite de remessa obrigatória:
>
> III - os documentos relativos às matérias compreendidas nos âmbitos:
>
> (...)
>
> **c) da quarta fase, serão recebidos e juntados aos autos do processo relativo às matérias compreendidas no âmbito da primeira fase**; (*Revogado pela Resolução nº 150, publicada no DOETC-MS nº 2964, de 7 de outubro de 2021, páginas 2).

Diante da revogação da quarta fase e do consequente envio obrigatório, ao TC/MS, dos documentos de tal fase, o art. 124, inciso VI, do Regimento Interno, passou a dispor que:

> **Os documentos referentes aos atos de execução global da Ata de Registro de Preços**, dos Contratos Corporativos e dos Credenciamentos, **deverão ser mantidos em arquivo para fiscalização por meio de inspeções ou auditorias *in loco*, para fins de verificação dos montantes globais utilizados** (grifo nosso).

Desse modo, é dever do(s) gestor(es) manter em seus arquivos os documentos referentes aos atos de execução global da Ata de Registro de Preços, em caso de eventual fiscalização *in loco*.

Diante do exposto, **decido** no sentido de extinguir os autos do TC/7889/2021, em decorrência da perda superveniente do seu objeto, e **determino o seu arquivamento**, com fundamento no art. 11, V, "a", do Regimento Interno.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 15 de junho de 2023.

Conselheiro FLÁVIO KAYATT

Relator

MCL